

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vem o Conselho de Administração da **Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.** submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

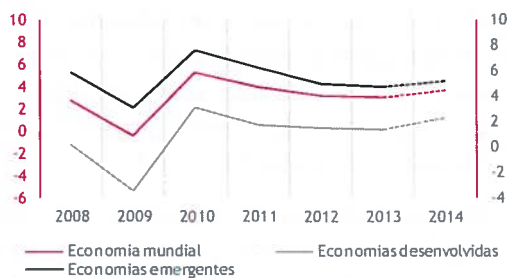
1. ENQUADRAMENTO GERAL DA ACTIVIDADE

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO MUNDIAL

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o ritmo de crescimento mundial manteve-se moderado em 2013, refletindo a perda de vigor das economias emergentes, fruto de condicionantes cíclicas e da persistência de desequilíbrios

CRESCIMENTO DA ECONOMIA GLOBAL MANTÉM-SE MODERADO
Taxa de variação anual do PIB real (em %)



Fonte: FMI WEO (Janeiro de 2014)

estruturais, e níveis de crescimento pouco agressivo nos países desenvolvidos, num quadro orçamental genericamente restritivo, cujos efeitos adversos sobre o andamento da atividade foram apenas parcialmente mitigados pela manutenção de políticas monetárias extremamente acomodáticas pelos principais bancos centrais.

Na zona euro, apesar do ciclo recessivo ter sido interrompido no segundo trimestre de 2013, o desempenho das economias que a compõem permaneceu assimétrico. A transmissão desigual da política monetária traduziu-se num fator restritivo da retoma dos países do sul da Europa, ainda num contexto de sobre-endividamento público e privado. A este respeito, a concretização da União Bancária em 2014 deverá revelar-se benéfica para a evolução do crédito e, dessa forma, para a sustentação da retoma económica. Não obstante as perspetivas de fortalecimento do sistema financeiro e de gradual recuperação da atividade em 2014, o Banco Central Europeu (BCE) deverá manter, ou eventualmente reforçar, o cariz acomodatório da política monetária, sobretudo em caso de agravamento dos riscos deflacionistas.

Ao longo de 2013, a economia dos EUA registou um abrandamento face ao ano anterior, num contexto de tensões políticas relacionadas com a modalidade e magnitude da consolidação orçamental em curso. Ainda assim, a atividade produtiva manteve-se suportada sobretudo, pelo consumo privado, que beneficiou da recuperação do mercado laboral, assim como da valorização das habitações, num contexto em que as taxas de juro hipotecárias se mantiveram em níveis historicamente baixos. Em 2014, o FMI espera uma aceleração do PIB, sendo que o principal risco para este cenário de recuperação da economia consiste na reação do mercado imobiliário à expectável redução gradual do programa de compra de ativos por parte da Reserva Federal (Fed) anunciado em dezembro de 2013.

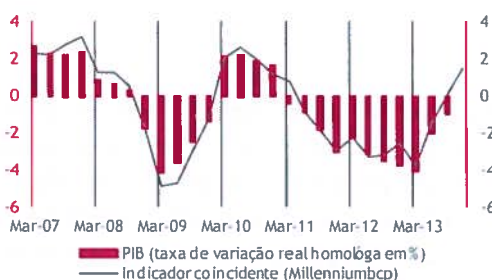
Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'J' and 'IR'.

Em 2014, os desafios para o crescimento global incidem primordialmente no eventual impacto negativo sobre o sistema financeiro global decorrente das perspetivas de redução do grau de acomodação da política monetária da Fed, bem como o arrefecimento projetado para a economia chinesa. Ainda assim, o FMI antecipa uma aceleração do PIB mundial de 3,0% para 3,7%.

PERSPETIVAS PARA A ECONOMIA PORTUGUESA

O processo de ajustamento estrutural em curso desde o pedido de assistência financeira pelo governo português em maio de 2011, continua a ser o principal determinante da evolução da atividade económica ao longo de 2013. Neste contexto, o PIB português voltou a contrair-se, porém, a um ritmo inferior ao observado no ano anterior, o que é explicado pela estabilização da procura doméstica (após a forte queda registada em 2012), em conjugação com a manutenção do contributo positivo das exportações líquidas. De entre as componentes do PIB

ECONOMIA PORTUGUESA REGISTOU CONTRAÇÃO MAIS MODERADA EM 2013



Fonte: Datastream e Millenniumbcp

que tiveram maior influência sobre este desempenho salienta-se, do lado da procura, a recuperação do consumo privado, impulsionada pela inversão da tendência de queda do rendimento disponível, e, do lado da oferta, a menor queda da construção e a moderação do ritmo de contração da atividade industrial.

Para 2014 prevê-se a manutenção da trajetória de recuperação da economia portuguesa suportada pelas perspetivas de robustez da procura externa e pela melhoria progressiva da atividade doméstica. Porém, os níveis de incerteza permanecem ainda elevados, refletindo, por um lado, as dúvidas em torno das condições em que o tesouro português se financiará após o término do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), previsto para maio; e, por outro lado, eventuais riscos de abrandamento da procura externa, num quadro de perspetivas de crescimento moderado da economia mundial e de existência de riscos de deterioração das condições nos mercados financeiros internacionais, que têm vindo a ser suportados por políticas de elevado grau de acomodação monetária.

ENQUADRAMENTO DO SETOR SEGUADOR 2013

No ano de 2013, o setor segurador registou um crescimento significativo da produção de seguro direto, fortemente influenciado pela retoma do ramo Vida, contrariando a tendência decrescente dos dois últimos anos. No conjunto dos ramos Vida e Não Vida, o mercado segurador nacional alcançou um volume de receita da ordem dos 13,1 mil milhões de euros, a que corresponde uma evolução positiva de 20% face a 2012 (dados da Associação Portuguesa de Seguradores). Esta situação contribuiu para um reforço do peso do setor segurador no Produto Interno Bruto, estimado, no final de 2013, em cerca de 7,7%.

A análise por segmentos mostra uma evolução díspar. Enquanto em Vida se assistiu a um crescimento de 33,5%, com prémios de seguro direto e de contratos de

investimento a atingir 9,2 mil milhões de euros, sob o efeito da forte procura de produtos de poupança por parte dos aforradores, verificou-se no segmento Não Vida um decréscimo de 3,2%, com um volume de prémios por volta dos 4 mil milhões de euros, registando quebras na maioria dos ramos.

No que respeita ao grau de concentração do setor, observa-se o reforço na concentração do mercado em torno dos cinco maiores grupos seguradores, que no final de 2013 representavam cerca de 70% do total do mercado segurador nacional, evidenciado um reforço de 3 p.p. face ao período homólogo. Esta concentração ficou principalmente a dever-se ao segmento Vida, no qual os cinco principais grupos seguradores representavam perto de 81% do total de prémios, mais 3,2 p.p. comparativamente a 2012.

Prémios de Seguro Directo e Contratos de Investimento - Atividade em Portugal

(Milhões de euros)

Ramos	2013	2012	2011	Var. 13/12	Var. 12/11	Var. 11/10
Vida	9.246,7	6.923,9	7.535,7	33,5%	-8,1%	-38,1%
Não Vida	3.858,3	3.986,7	4.133,0	-3,2%	-3,5%	-0,9%
Total	13.105,0	10.910,6	11.668,7	20,1%	-6,5%	-28,6%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

Análise do Ramo Vida

O segmento Vida atingiu, no final de 2013, um volume de negócios de 9,2 mil milhões de euros, correspondente a um crescimento notório de 33,5% comparando com o ano anterior.

Essa evolução favorável conduziu a um aumento do peso do ramo Vida no total da carteira de prémios de seguro direto do setor de 8 pontos percentuais face a Dezembro do ano transato (71% em 2013 contra 63% em 2012).

Os produtos de capitalização, nos quais se incluem produtos de poupança e Unit-Linked, já tinham iniciado no segundo semestre de 2012 uma recuperação do ramo Vida, que se veio a confirmar no ano de 2013. Registou-se um crescimento de 39% nesse tipo de produtos, o que indicia uma maior apetência para a poupança. Os produtos de poupança que oferecem garantias de capital e rendimento, bem como a possibilidade de participar nos resultados decorrentes de potenciais valorizações das carteiras, foram os produtos que foram mais de encontro ao elemento "segurança" e que ditaram a sua maior procura.

Os Planos de Poupança e Reforma também assistiram a uma nova procura, contrariando a tendência dos dois últimos anos, em que se observou a perda de apetência para esse tipo de produtos decorrente das alterações de benefícios fiscais introduzidas em 2011. Os PPR's registaram em 2013 um aumento de 37,9% e um volume de prémios de 1,5 mil milhões, passando o seu peso relativo na carteira dos seguros de vida para cerca de 17%.

Handwritten signatures and initials, including a large 'L' and 'JANU'.

Em termo do canal bancário em 2013 houve uma inversão da tendência recessiva, registando-se um crescimento de 37% que contrasta com os -10% do ano anterior. Os bancos embora ainda pressionados para captarem poupanças nos seus balanços por forma a cumprir os níveis de solvência, mostram já alguma abertura para colocarem produtos das seguradoras, impulsionando o setor do ramo Vida.

Prémios de Seguro Directo e Contratos de Investimento - Atividade em Portugal

(Milhões de euros)

Ramos	2013	2012	2011	Var. 13/12	Var. 12/11	Var. 11/10
Produtos de Capitalização	6.781,0	4.878,8	5.315,0	39,0%	-8,2%	-33,4%
Planos Poupança Reforma	1.548,5	1.129,0	1.302,4	37,2%	-13,3%	-59,9%
Risco e Rendas	917,2	912,3	915,9	0,5%	-0,4%	-2,5%
Total	9.246,7	6.923,9	7.535,7	33,5%	-8,1%	-38,1%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

No final do ano de 2013, o mercado registou um stock de provisões matemáticas de 40,8 mil milhões de euros. Durante o primeiro semestre, as reservas ainda tiveram uma variação negativa de 713 milhões de euros, voltando a recuperar a partir de Julho, para terminar o ano em crescimento de 4,0% face ao período homólogo, sob o forte impulso dos produtos de capitalização.

2. SÍNTESE GLOBAL DA ACTIVIDADE

Em 2013, a Ocidental Vida manteve a sua liderança em provisões matemáticas, atingindo uma quota de mercado de 24.1%, muito embora tenha evidenciado uma quebra de 2 p.p. neste indicador.

Considerando o volume total de prémios de Vida, o mercado registou um crescimento de 33.5% em 2013. No mesmo período, a Ocidental Vida quase duplicou o seu volume de prémios, registando um crescimento de 94.8% face ao ano anterior. Todas as linhas de negócios contribuíram positivamente para este resultado, com destaque para os produtos de capitalização e Unit Linked que apresentaram uma performance claramente acima do mercado. Em termos de quota de mercado, verificamos um acréscimo de 11% para 16.1%, mantendo o terceiro lugar no ranking do mercado nacional.

Ao longo do ano de 2013, no âmbito da iniciativa “Nova Oferta Vida”, foi lançado um novo produto de Vida Risco (Proteção Ativa). O produto, especificamente constituído para venda ativa, é uma solução inovadora apoiada igualmente num novo processo de subscrição. Foram ainda desenhadas novas soluções para Reforma, Capitalização e Poupança, que serão lançadas em 2014. Os novos produtos foram definidos para diferentes segmentos de mercado e têm um grande enfoque na inovação através de novas coberturas de valor acrescentado.

A retenção de clientes é igualmente uma prioridade estratégica. Diferentes atividades foram desenvolvidas com vista à redução das taxas de anulação desde 2012. Em 2013, as taxas de anulação em todos os produtos do Ramo Vida evidenciaram valores abaixo do orçamento, demonstrando uma tendência consistentemente decrescente. A formação e a comunicação em torno do tema da Retenção foram reforçadas em 2013, em particular no âmbito do programa de transformação comercial implementado.

Ter um conhecimento dos Clientes verdadeiramente de excelência foi o principal objetivo de um grande estudo de mercado iniciado em 2013, que será utilizado de diferentes formas no processo de desenvolvimento de novos produtos e serviços. Conhecer e compreender o Cliente é o primeiro passo para construir propostas de valor relevantes, para responder às suas necessidades não satisfeitas e, desta forma, capturar potencial de mercado.

ANÁLISE FINANCEIRA

O resultado técnico do ramo Vida após custos imputados situou-se em 2013 nos 112.447 milhares de euros, tendo sido penalizado pelo impacto negativo de fatores não recorrentes relacionados com a evolução desfavorável dos mercados financeiros que levaram ao registo de imparidades na ordem dos 17.308 mil euros. Excluindo este efeito não recorrente, o resultado técnico teria atingido este ano 129.755 milhares de euros, o que representaria um acréscimo de 8% face ao período homólogo de 2012 (120.168 milhares de euros, excluindo 77 mil euros de imparidades).

Todos os segmentos apresentaram margens técnicas, após custos imputados, positivas em 2013, mas o maior contributo para o resultado da companhia continua a ser proporcionado pelos produtos de Risco (não obstante tenham registado um decréscimo 7,4% face a 2012 explicado em grande parte pelo aumento da sinistralidade) e cuja rentabilidade se baseia em políticas e práticas de subscrição rigorosas e uma política de controlo de custos.

É ainda de destacar o comportamento muito positivo dos produtos de Unit-Linked que, não obstante a conjuntura económica desfavorável, registou um aumento de 19,5% face a 2012, tendo apresentado um contributo de 32.131 milhares de euros para o resultado.

A obtenção de um rácio de despesas baixo, na ordem dos 0,83% (embora 0,08 pontos percentuais acima do verificado em 2012, explicado por um decréscimo das provisões matemáticas) aliado a um crescimento do resultado técnico, se se excluir o impacto extraordinário da função financeira, revela uma gestão criteriosa e adequada que permitiu minimizar os efeitos adversos da conjuntura macroeconómica.

Os gastos administrativos, por seu lado, atingiram os 19.190 milhares de euros, evidenciando um aumento de 9,2% face ao período homólogo, justificado essencialmente pelo acréscimo de comissões de serviços financeiros de produtos de Unit-Linked.

A evolução favorável da margem financeira (se se excluir o impacto negativo das imparidades), apoiada por uma política prudente a nível da gestão de investimentos, a excelente performance técnica do negócio, a oferta diversificada e inovadora de soluções para os clientes e o controlo rigoroso ao nível dos custos operativos justificam um resultado antes de impostos em 2013 de 124.038 milhares de euros (cerca de 13% do total dos resultados do mercado segurador). Excluindo as perdas de imparidade registadas este ano, o resultado antes de impostos atingiria 142 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 3% face ao resultado do período homólogo. O resultado líquido após impostos cifrou-se em 86.103 milhares de euros.

Ao nível da situação patrimonial é de referir que o activo líquido atingiu os 10.854.422 milhares de euros, o que resulta num decréscimo de 2,9% em relação ao ano anterior, devido ao decréscimo das provisões matemáticas.

A situação líquida da Ocidental Vida situou-se nos 599.424 milhares de euros, ou seja um decréscimo de 9,9% em relação ao ano anterior; apesar do resultado positivo e da variação positiva verificada nas reservas de reavaliação, o decréscimo da situação líquida é totalmente explicado pela distribuição de 211 milhões de euros de resultados, dos quais 65 milhões relativos ao ano de 2012 distribuídos no final do 1º trimestre de 2013 e os restantes 146 milhões relativos ao ano de 2013 distribuídos antecipadamente em Dezembro de 2013. A cobertura do activo pelos capitais próprios cifrou-se em 5,5%. Não obstante a distribuição dos resultados efetuada durante o ano de 2013, atrás referida, o rácio de solvência situou-se no final de 2013 em 238%.

A Ocidental Vida integra o Grupo Millenniumbcp Ageas, o qual é detido pela Ageas e pelo Millennium bcp. Para além do cumprimento das leis e regulamentos, a garantia do cumprimento das recomendações e boas regras de governo das sociedades é uma preocupação da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador.

Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um secretário, eleitos por três anos e reelegíveis por uma ou mais vezes.

A estrutura de administração e de fiscalização adotada inclui um Conselho de Administração, com delegação da gestão corrente numa Comissão Executiva, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro do Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração é composto por um máximo de oito membros, eleitos pela Assembleia Geral, por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes, que designam, de entre os seus membros, os respetivos Presidente e Vice-Presidente. O Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo seu Presidente ou por outros dois administradores e, no mínimo, uma vez em cada trimestre.

Em 31 de Dezembro de 2013, o Conselho de Administração era constituído por um Presidente (Kurt André J De Schepper), um Vice-Presidente (Maria da Conceição Mota Soares Oliveira Calle Lucas) e por seis Vogais (Barry Duncan Smith, Stefan Georges Leon Braekeveldt, Jan Adriaan de Pooter, Julian Robert Mark Harvey, Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso e Manuel Frederico Lupi Belo).

A Comissão Executiva, constituída nos termos da lei, integra um máximo de cinco membros que inscrevem a sua atuação nos limites da delegação, e modo de funcionamento fixados em deliberação do Conselho de Administração. Os estatutos prevêm as matérias que o Conselho de Administração não pode delegar.

Atualmente, a Comissão Executiva é composta pelos administradores, Jan Adriaan de Pooter, que exerce o cargo de Presidente (CEO), Julian Robert Mark Harvey (CFO), Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso e Manuel Frederico Lupi Belo.

Por deliberação do Conselho de Administração a distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva é atualmente a seguinte:

Jan Adriaan de Pooter (CEO) – relações institucionais (autoridades de supervisão e APS) e as seguintes Direções internas: Organização & IT; Auditoria Interna; Pensões; e Apoio Corporativo, que engloba as áreas de Assuntos Corporativos, Recursos Humanos, Jurídica, *Compliance* e Estratégia & Performance.

Julian Robert Mark Harvey (CFO) – Direções de Planeamento e Controlo, Gestão de Riscos e Atuariado, Investimentos, Financeira, e Resseguro.

Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso – Médis, *Back-office* dos ramos Não-vida, Plataformas técnicas dos ramos Não-vida, *Back-office* do ramo Vida (Plataforma Vida) e Suporte ao Cliente e Negócio.

Manuel Frederico Lupi Belo – Direções Comerciais (*Bancassurance*, Médis e Empresas) e *Marketing*.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente, que são eleitos, pelo período de três anos, pela Assembleia Geral que também designa o respetivo Presidente. Reúne nos prazos estabelecidos na lei e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu Presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.

A fiscalização dos órgãos sociais poderá igualmente ser exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro daquele órgão.

Os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único, sempre que o julgarem conveniente, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração.

Conselho de Auditoria

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral, nos termos do contrato de sociedade, designou um Conselho de Auditoria para a verificação das contas da sociedade e assistir o Conselho de Administração no que respeita em geral, a funções de controlo interno.

O Conselho de Auditoria é composto por três membros não executivos do Conselho de Administração, um dos quais será o Vice-Presidente do Conselho de Administração, que assumirá as funções de presidente do Conselho de Auditoria.

Secretário da Sociedade

O Conselho de Administração designa um secretário da Sociedade, bem como o respetivo suplente, com as competências previstas na lei, os quais não poderão ser membros do Conselho de Administração.

Remunerações

Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Processo de decisão e estrutura da remuneração

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tem-se mantido estável praticamente desde a constituição da empresa, tendo sido definida pela assembleia geral, de acordo com o definido pelos acionistas da holding, Ageas Insurance International, N.V. e BCP Investment B. V., em comissão de remunerações.

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a performance anual da empresa e a contribuição dos membros daqueles órgãos para essa mesma performance.

Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respetiva evolução, decorrem do grau de realização dos objetivos considerados no business plan de médio e longo prazo que é aprovado pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.

Critérios predeterminados para a avaliação do órgão de administração

A decisão de atribuição da componente variável depende, para além do grau de cumprimento do orçamento anual, da solidez financeira da própria empresa, dos níveis de solvência e de *rating*, e da própria envolvente económica e competitiva. Não está prevista a existência de planos de atribuição de instrumentos financeiros ou de opções da sua aquisição. O pagamento da componente variável da remuneração tem lugar após o apuramento das contas de cada exercício económico.

Poderão ser designados administradores que não auferam qualquer remuneração.

Os administradores que não exercem funções executivas poderão ser remunerados.

Avaliação do desempenho do órgão de administração

A avaliação do desempenho dos administradores executivos é uma consequência direta do grau de cumprimento do orçamento anual, sendo da responsabilidade exclusiva da assembleia geral ou de uma comissão de remunerações por ela nomeada.

O critério predeterminado para a avaliação de desempenho dos administradores executivos é o grau de cumprimento do orçamento anual

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

Importância relativa das componentes da remuneração do órgão de administração

A remuneração dos administradores que exercem funções executivas é constituída pelas seguintes componentes:

- a) uma remuneração fixa mensal, definida tendo por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional, podendo, quando se trate de administradores oriundos de empresas acionistas, ser considerado o seu enquadramento global nessas empresas, nomeadamente o nível remuneratório; esta componente representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, permitindo a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade do seu não pagamento;
- b) uma remuneração variável anual, paga após a aprovação das contas anuais em assembleia geral; a fixação desta remuneração tem por referência as práticas dos acionistas que são *players* de referência nos mercados em que estão presentes; a remuneração variável anual do conjunto dos administradores executivos não deve exceder 2% dos resultados do Grupo, antes de amortização de VOBA (*Value of Business Acquired*) ou *Goodwill*, no exercício a que diga respeito, e a sua atribuição é deliberada anualmente.

Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros do órgão de administração

A remuneração variável, quando superior a 35% da remuneração fixa anual, será obrigatoriamente objeto de diferimento por um período de três anos subsequentes àquele a que respeita, sendo que o montante a liquidar no primeiro ano deverá ser superior ao dos seguintes. A remuneração variável não é paga em instrumentos financeiros, considerando que a sociedade tem o seu capital concentrado em dois Grupos Económicos sendo a dispersão do seu capital contrária à filosofia que presidiu à sua constituição, esta forma de pagamento de remuneração não se considera aplicável.

Montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

Os administradores executivos são apenas remunerados numa das empresas do Grupo e não recebem compensações adicionais às previstas nesta política de remuneração.

Regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada do órgão de administração

Pelo exercício das suas funções os membros do órgão de administração não beneficiam de quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.

Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários do órgão de administração

Não aplicável.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável do órgão de administração

Não aplicável.

Avaliação da política de remuneração

A política de remuneração será submetida a avaliação interna independente, com periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave, em articulação entre si e materializada em relatório a apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral, identificando, nomeadamente, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências.

A avaliação incluirá, designadamente, a análise da política de remuneração e da sua implementação, de acordo com a legislação e as recomendações aplicáveis, especialmente sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da empresa.

Consistência das políticas de remuneração ao nível do Grupo

As políticas de remuneração das diversas empresas do Grupo são consistentes entre si, sendo assegurada a sua implementação para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das empresas do Grupo.

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas

O quadro seguinte corresponde à indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, contendo a fundamentação da não adoção de determinadas recomendações por remissão para o parágrafo próprio desta política de remuneração.

Recomendação	Declaração de adoção	Fundamentação
I.4. Adoção de uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
I.5. Adequação da política à dimensão, natureza e complexidade da atividade		
I.6. Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada		
II.1. Aprovação da política pela comissão de remunerações	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.3. Participação na definição da política de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.4. A política deve ser transparente e acessível a todos os Colaboradores, objeto de revisão periódica e formalização em documento autónomo	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração e Critérios predeterminados para a avaliação

[Handwritten signatures and initials]

Recomendação	Declaração de adoção	Fundamentação
III.1. Revisão com periodicidade mínima anual pela comissão de remunerações	Adotada	Avaliação do desempenho
III.2. Independência dos membros da comissão de remunerações		
IV.1. A remuneração dos administradores executivos deve integrar uma componente variável dependente de uma avaliação do desempenho	Adotada	Critérios predeterminados para a avaliação e Avaliação do desempenho
IV.2. Adequado equilíbrio das componentes da remuneração	Adotada	Importância relativa das componentes da remuneração
IV.3. Parte da componente variável deve ser paga em instrumentos financeiros	Não Adotada	Considera-se como não aplicável, tendo em conta: as características da sociedade e dos seus acionistas
IV.4. Parte da remuneração variável deve ser diferida	Adotada	Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros do órgão de administração
IV.5. Determinação do diferimento em função do peso relativo face à componente fixa	Adotada	
IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos que mitiguem o risco inerente à variabilidade da remuneração	Adotada	Mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável
IV.7. Manutenção das ações da instituição obtidas através de esquemas de remuneração variável	Não Adotada	Considera-se como não aplicável, tendo em conta: as características da sociedade e dos seus acionistas
IV.8. Prazo de diferimento no caso de atribuição de opções		
IV.9. Conservação de ações após o termo do mandato		
IV.10. Remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente dependente do desempenho ou valor da instituição	Adotada	Critérios predeterminados para a avaliação
IV.11. Indemnizações em caso de destituição	Adotada	Limites à compensação a pagar por destituição sem justa causa
VI.1. Submissão da política de remuneração a avaliação interna independente	Adotada	Avaliação da política de remuneração
VII.1. Deve ser assegurada a consistência das políticas de remuneração a nível de grupo	Adotada	Consistência das políticas de remuneração do nível do Grupo

VII.2. Adoção das recomendações para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das empresas do Grupo

O montante anual de remuneração pago pela Ocidental Vida aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no exercício de 2013, de forma agregada e individual, é o seguinte:

Julian Robert Mark Harvey	185.319,13 Euros
Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso	187.245,50 Euros
Michel Edmond Joseph Ghislain Baise	176.094,70 Euros
Total Agregado	548.659,33 Euros

Política de remuneração dos Colaboradores

Processo de decisão e estrutura da remuneração

A política de remuneração dos Colaboradores tem-se mantido estável praticamente desde a constituição da empresa, tendo sido definida pelos acionistas com base nas melhores práticas.

A remuneração dos Colaboradores compreende a retribuição base correspondente ao nível previsto em convenção coletiva de trabalho e um complemento retributivo que varia em função do estatuto individual e da evolução da carreira profissional, ou seja, da categoria profissional, do nível retributivo, especificidade e exigência da função, grau de senioridade, mérito individual e nível de responsabilidade atribuído.

A diferenciação individual, adotada para todos os Colaboradores, atenta aos seguintes critérios: nível de classificação em convenção coletiva de trabalho, especificidade e exigência da função, grau de senioridade, mérito individual e nível de responsabilidade atribuído.

Importância relativa das componentes da remuneração

Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respetiva evolução, decorrem do grau de realização dos objetivos considerados no *business plan* de médio e longo prazo que é aprovado pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual e departamental, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.

A política de remuneração é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a performance anual da empresa e a contribuição dos Colaboradores para essa mesma performance.

A componente fixa representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível

Handwritten signatures and initials, including "JRMT" at the bottom right.

sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração.

Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros

A remuneração variável não é objeto de qualquer diferimento nem é paga em instrumentos financeiros, atentas as características da sociedade e dos Grupos Económicos em que a mesma se insere.

Crítérios predeterminados para a avaliação

Os critérios predeterminados para a avaliação de desempenho são o grau de cumprimento do orçamento anual, o desempenho individual e departamental, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.

A remuneração variável do conjunto dos Colaboradores não deve exceder 3% dos resultados do Grupo, antes de amortização de VOBA (Value of Business Acquired) ou Goodwill, no exercício a que diga respeito, e não constitui um direito adquirido, sendo deliberada anualmente.

Avaliação da política de remuneração

A política de remuneração será submetida a avaliação interna independente, com periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave, em articulação entre si e materializada em relatório a apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral, identificando, nomeadamente, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências.

A avaliação incluirá, designadamente, a análise da política de remuneração e da sua implementação, de acordo com a legislação e as recomendações aplicáveis, especialmente sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da empresa.

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas

O quadro seguinte corresponde à indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, contendo a fundamentação da não adoção de determinadas recomendações por remissão para o parágrafo próprio desta política de remuneração.

Recomendação	Declaração de adoção	Fundamentação
I.4. Adoção de uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
I.5. Adequação da política à dimensão, natureza e complexidade da atividade		
I.6. Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada		
II.2. Aprovação da política pelo órgão de administração	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração

Handwritten signature and initials in blue ink.

Processo de Decisão Empresarial

No quadro do processo de decisão empresarial existem vários corpos sociais, comissões específicas e unidades orgânicas que, sendo eleitas pela Assembleia Geral ou designadas pelo Conselho de Administração, coadjuvam o Conselho de

Administração e a Comissão Executiva no exercício das suas funções, assegurando a segregação entre as áreas de negócio e as áreas de operações.

Comité de Risco

Tem por função apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na compreensão e gestão adequada dos riscos inerentes à atividade seguradora e de gestão de Fundos de Pensões, bem como assegurar a adequação do capital em relação aos referidos riscos e às operações no seu conjunto.

O papel e responsabilidades do Comité de Risco são fixados pela Comissão Executiva e estabelecidos nos respetivos termos de referência, os quais são periodicamente revistos pelo Comité de Risco, pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva em função de alterações dos requisitos regulamentares ou de princípios de gestão de risco.

Chief Investment Officer

Tem por função maximizar o retorno dos investimentos no contexto das definições estratégicas relativamente à gestão de ativos (ALM). É ainda responsável pela seleção dos ativos que são objeto de investimento, além de fornecer informação aos níveis local e do Grupo.

Compliance Officer

Tem por função estimular, monitorar e controlar a observação das leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos relevantes para a integridade e, conseqüentemente, para a reputação da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador.

No contexto da governação corporativa, o *Compliance Officer* visa proporcionar razoável garantia de que as Companhias e os seus Colaboradores cumprem aquelas leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos.

Faz igualmente parte da missão do *Compliance Officer* desenvolver uma relação de confiança e compreensão com as autoridades de regulação e supervisão em matéria de *compliance*.

Millennium bcp Serviços, ACE

O Millennium bcp, ACE é um agrupamento complementar de empresas que constitui a principal estrutura de integração, otimização e racionalização de recursos informáticos, operativos, administrativos e de aprovisionamento, integrando um conjunto de unidades orgânicas que têm como missão a gestão de meios e a prestação de serviços.

REGRAS DE CONDUTA

Código Deontológico

Independentemente do quadro legal e regulamentar aplicável às sociedades comerciais em geral e às empresas de seguros e sociedades gestoras de Fundos de

Pensões em particular, o Conselho de Administração aprovou um Código Deontológico que incorpora regras de funcionamento próprias e do comportamento individual de cada um dos Colaboradores e dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, no exercício das respetivas funções.

O Código Deontológico sistematiza os princípios e as regras a observar nas práticas da atividade seguradora e de gestão de Fundos de Pensões, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

Procedimentos Internos para Controlo dos Riscos da Atividade

O Conselho de Administração e a Comissão Executiva, no exercício das suas funções, são responsáveis pela definição do nível de risco a assumir, bem como pela sua gestão, sendo assessorados nessa função pelas unidades transversais que a nível do *corporate governance* contribuem para o processo de decisão empresarial.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "GR", "JP", "JRMA", and others.

ÓRGÃOS SOCIAIS**Mesa da Assembleia Geral**

Vice-Presidente
Secretário

Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral
João José Carvalho Pereira

Conselho de Administração

Presidente
Vice-Presidente
Vogal
Vogal
Vogal
Vogal
Vogal
Vogal

Kurt André J De Schepper
Maria da Conceição Mota Soares Oliveira Calle Lucas
Barry Duncan Smith
Stefan Georges Leon Braekeveldt
Jan Adriaan de Pooter
Julian Robert Mark Harvey
Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso
Manuel Frederico Lupi Belo

Conselho Fiscal

Presidente
Vogal
Vogal
Suplente

José Mário Fernandes Ventura
Carlos Alberto Correia Diogo
José Ricardo Gonçalves Monteiro
Belmira Abreu Cabral

ROC

Efetivo

KPMG & Associados (SROC)
Representado por:
Maria Inês Rebelo Filipe

Suplente

Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

Conselho de Auditoria

Presidente
Vogal
Vogal

Maria da Conceição Mota Soares Oliveira Calle Lucas
Barry Duncan Smith
Stefan Georges Leon Braekeveldt

4. PERSPECTIVAS PARA 2014

Após o lançamento em 2013 do novo produto de Vida-risco – Proteção Ativa - será prosseguido em 2014 o processo de renovação da oferta de Vida. Esta renovação envolverá o lançamento de soluções inovadoras de investimento e poupança, orientadas para os diferentes segmentos de mercado.

O lançamento da nova oferta será suportado nos estudos de mercado já realizados em 2013 e em novas pesquisas que serão desenvolvidas no início de 2014. A nova oferta terá como objetivo otimizar as necessidades de capital e aumentar os níveis de rentabilidade, respondendo à procura crescente de soluções de poupança e de investimento por parte dos consumidores.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido de impostos da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. foi de euros 86.102.921,49 (oitenta e seis milhões cento e dois mil e novecentos e vinte e um euros e quarenta e nove cêntimos).

Considerando o que consta do relatório do Conselho de Administração e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação:

- Euros 86.102.921,49 (oitenta e seis milhões cento e dois mil e novecentos e vinte e um euros e quarenta e nove cêntimos) para resultados transitados.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2014

O Conselho de Administração

